

Novos horizontes da historiografia na era digital: interrogações, metodologias e desafios epistemológicos

New Horizons for Historiography in the Digital Age: Interrogations, Methodologies and Epistemological Challenges

João Carlos Nara Jr.*
Demival Vasques Filho**

INTRODUÇÃO

A era digital tem redesenhado as fronteiras da produção historiográfica de maneira profunda e irreversível. Nas últimas décadas, as tecnologias digitais não apenas modificaram os métodos de pesquisa e as práticas de documentação, mas também introduziram novas possibilidades narrativas e ferramentas analíticas que expandiram significativamente o horizonte da investigação histórica. Contudo, essa transformação suscita interrogantes fundamentais que transcendem o mero emprego de recursos tecnológicos: como essas novas configurações afetam a compreensão do que significa fazer história? De que maneira a mediação digital pode alterar os fundamentos da historiografia? Quais são os riscos e as potencialidades inerentes à confiança crescente nas tecnologias para interpretar eventos passados?

Estas questões problematizadoras, longe de serem meramente retóricas, apontam para a urgente necessidade de se refletir para além do uso convencional das tecnologias digitais. Pensar na digitalização dos acervos, ou na utilização de algoritmos para a sistematização das fontes, implica em se confrontar com dilemas epistemológicos: seria o digital capaz de oferecer uma visão completa e livre de vieses, ou estaria ele mesmo imerso em determinismos que podem reforçar exclusões e distorcer interpretações? Como garantir a integridade e a representatividade das fontes quando estas são processadas por sistemas automatizados que podem carregar preconceitos embutidos?

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. joao.nara@forum.ufrj.br <<https://orcid.org/0000-0002-8632-7105>>

** Universidade de Luxemburgo, Esch-sur-Alzette, Luxemburgo. demival.vasques@uni.lu <<https://orcid.org/0000-0002-4552-0427>>

Desde o surgimento da disciplina histórica no século XIX, marcada pelo rigor do método positivista de Leopold von Ranke, a historiografia passou por sucessivas transformações diante de novos paradigmas, como o estruturalismo e as abordagens culturais. As Humanidades Digitais, ao introduzir uma massa de dados e novos instrumentos técnicos, não apenas ampliam essa trajetória, mas colocam para dialogar os antigos dilemas – como a seletividade das fontes e a objetividade do historiador – e os desafios inéditos em escala e mediação tecnológica (cf. Tabela 1). Assim, este Dossiê localiza-se na confluência entre a revisitação do cânone historiográfico e as rupturas trazidas pela era digital.

Tabela 1: Resumo comparativo entre Humanidades Tradicionais e Digitais.

Aspecto	Humanidades Tradicionais	Humanidades Digitais
Escopo de Fontes	Limitado por acesso físico	Acesso global expandido
Metodologias	Principalmente qualitativas	Híbridas (quantitativas + qualitativas)
Colaboração	Individual ou pequenos grupos	Potencialmente massiva e interdisciplinar
Preservação	Física, limitada no tempo	Digital, com novos desafios técnicos
Disseminação	Publicação tradicional	Plataformas digitais múltiplas

A discussão sobre o digital como problema historiográfico articula-se diretamente com as demandas contemporâneas por uma abordagem que seja simultaneamente técnica e humanística. A era digital promove, em teoria, uma democratização do acesso às fontes e amplifica as possibilidades narrativas, mas esse processo não ocorre sem riscos significativos. As questões relacionadas à privacidade, à preservação digital, à representatividade dos acervos e aos desafios do negacionismo digital exigem uma reflexão ética e metodológica aprofundada para resguardar a fidelidade e a pluralidade das narrativas históricas.

Em tal cenário, o papel do historiador transcende a função tradicional de coleta e sistematização dos dados, expandindo-se para incluir a mediação crítica entre múltiplas narrativas e interpretações. Ao incorporar ferramentas

analíticas sofisticadas envolvendo Big Data, análise de redes de sociabilidade ou mineração de dados, por exemplo, os historiadores se veem desafiados a repensar fundamentalmente o que significa fazer história no século XXI. Esta reflexão não se limita à aplicação instrumental das tecnologias digitais, mas estende-se à compreensão das próprias condições de produção do conhecimento historiográfico.

Há tempos se destaca que a mudança de nomenclatura das Humanidades Digitais – de *humanities computing* para *digital humanities* – representou uma inversão significativa de prioridades, deslocando o foco da computação para o trabalho das humanidades em sua forma digital. Esta transformação conceitual sugere que o essencial não é simplesmente utilizar computadores, mas realizar o trabalho das humanidades mediado digitalmente, incorporando não apenas a modelagem e a análise computacional das informações humanísticas, mas também o estudo cultural das tecnologias digitais, suas possibilidades criativas e seu impacto social.

O DIGITAL COMO PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

A interrogação que orienta este Dossiê transcende, portanto, a dimensão instrumental do “como utilizar” ferramentas digitais na pesquisa histórica, enraizando-se numa discussão epistemológica fundamental: como as tecnologias digitais reconfiguram a compreensão do que significa “fazer história” no século XXI? Esta pergunta, que navega entre o prático e o teórico, evidencia a necessidade de se repensar os parâmetros metodológicos e conceituais que, até então, fundamentavam a prática historiográfica. Com efeito, o uso de ferramentas digitais na análise de fontes primárias e secundárias, assim como a mediação tecnológica na produção das narrativas históricas, levam a reconhecer o possível papel de coautoria dos sistemas digitais nesses relatos.

Uma abordagem reducionista da mediação tecnológica traz consigo o risco de sugerir que a ênfase exclusiva no potencial técnico desvie a atenção desses dilemas. Afinal, seria possível dissociar completamente a técnica do conteúdo? Até que ponto a digitalização preserva a complexidade interpretativa inerente aos documentos históricos? Como assegurar que as narrativas construídas por meio de recursos digitais não reproduzam determinismos que limitem a pluralidade de perspectivas sobre o passado?

O advento das Humanidades Digitais aponta para a necessidade de uma revisão crítica dos modelos teóricos clássicos da historiografia. Se, por um lado, as tecnologias ampliam os horizontes interpretativos, por outro, podem introduzir

vieses por meio dos algoritmos que operam com base em critérios estabelecidos pelos desenvolvedores – critérios nem sempre transparentes ou universalmente compartilhados. Surge, portanto, uma nova onda de debates que se centra na transparência dos processos de digitalização e na necessidade de explicitar as “lentes digitais” a partir das quais o passado é filtrado e interpretado.

A designação “digital” pode, num futuro próximo, tornar-se redundante quando aplicada às humanidades, já que a crescente digitalização do patrimônio documental, a prevalência de materiais *born digital* e a aplicação de métodos digitais ao estudo das criações humanas tornar-se-ão tão naturais que dispensarão adjetivações. Esta perspectiva convida preparar um futuro em que a historiografia incorpore plenamente as ferramentas digitais sem, contudo, abdicar dos princípios éticos e epistemológicos fundamentais da disciplina.

As tecnologias digitais colocam o historiador diante de um dilema: abraçar as inovações tecnológicas e adaptar métodos consagrados, ou resistir a transformações que, embora promissoras, podem comprometer a integridade dos processos interpretativos. Esta tensão entre o entusiasmo pela modernização e a necessária cautela ante as implicações epistemológicas do digital é que têm levado os debates acadêmicos a abordarem frequentemente a confiabilidade dos dados digitalizados e dos processos de interpretação por meio de algoritmos.

A discussão sobre o digital como problema historiográfico torna-se ainda mais pertinente quando consideradas as repercussões sociais e políticas das narrativas construídas. As tecnologias digitais democratizam o acesso aos dados históricos, mas também podem ser instrumentalizadas para a manipulação e ampla disseminação de discursos enviesados. A reflexão epistemológica incorpora, assim, debates sobre ética, privacidade, representatividade e os riscos do revisionismo digital, fazendo com que narrativas excludentes permaneçam ocultas sob o disfarce da “neutralidade” tecnológica.

Em síntese, o desafio proposto pelo digital requer uma postura investigativa ao mesmo tempo responsável e inovadora. Os historiadores são convocados a se posicionar não apenas como usuários de ferramentas digitais, mas como intérpretes que questionam os pressupostos sobre os quais se apoia a tecnologia. Esta postura implica desenvolver um olhar que combine habilidades técnicas com profunda consciência crítica.

EXPANSÃO CONCEITUAL E NOVAS FERRAMENTAS ANALÍTICAS

O campo das Humanidades Digitais é uma arena transdisciplinar em que práticas diversas convergem para explorar o universo de saberes por meio de

novas configurações multimídia (Berry, 2011). Nele, a mediação histórica atua num contexto em que o hibridismo, a pluralidade de fontes e a redefinição de tempo e espaço são propiciados pela tecnologia da informação. O campo expandiu-se significativamente além de suas origens na computação aplicada às humanidades, abrangendo agora um espectro amplo de atividades que incluem não apenas análise quantitativa e visualização de dados, mas também reflexões teóricas sobre a natureza da cultura digital, práticas de preservação digital, desenvolvimento de ferramentas e plataformas colaborativas, e investigações sobre o impacto social das tecnologias emergentes. A pluralidade metodológica, embora enriquecedora, dificulta o estabelecimento de critérios uniformes para seleção e tratamento das fontes digitais. Diferentes instituições podem adotar abordagens díspares quanto à categorização e preservação dos dados, potencialmente gerando interpretações conflitantes sobre conjuntos idênticos de informações. Esta fragmentação frustra a aspiração de construir um “acervo universal” digital, agravando a heterogeneidade dos recursos disponíveis (Rosenzweig, 2003).

O historiador, na qualidade de mediador qualificado, realiza escolhas informadas sobre quais fontes consultar e como analisá-las, garantindo a integridade e a precisão das narrativas históricas. No exercício de seu ofício, procura transcender a preocupação com o “como” da mediação tecnológica para questionar o “quê” constitui essa mediação em si mesma. A interdisciplinaridade promovida pelas Humanidades Digitais conecta a História com áreas como Ciência da Computação, Arquivologia, Biblioteconomia, Estudos Culturais, Ciência da Informação, entre outras. Esta interação possibilita abordagens inovadoras, mas também demanda o desenvolvimento de linguagens comuns que traduzam conceitos técnicos sofisticados para o universo das ciências humanas. Os paradigmas tradicionais da historiografia são, assim, confrontados com a necessidade de atualização, incorporando tanto os avanços tecnológicos quanto as demandas teóricas contemporâneas (Thomas III, 2004).

A revolução digital tem impulsionado o desenvolvimento de novas ferramentas analíticas que alteram a abordagem historiográfica contemporânea. Essas tecnologias se consolidaram como instrumentos valiosos, proporcionando a sistematização de grandes volumes de dados e a identificação de padrões, conexões e tendências anteriormente imperceptíveis. A análise de grandes conjuntos de dados (*Big Data*) possibilita a construção de modelos complexos capazes de mapear fluxos migratórios, identificar redes de comunicação, mensurar influências de eventos históricos e detectar correlações temporais em escalas antes inimagináveis. A visualização de redes (*Network*

Visualization) transforma dados brutos em representações gráficas intuitivas que ilustram conexões entre atores, eventos ou documentos, facilitando a interpretação das informações e estimulando a identificação de padrões emergentes. O processamento de linguagem natural (NLP) e *Machine Learning* tornaram-se aliados fundamentais na identificação de correlações e previsão de tendências históricas, permitindo análises textuais em escalas massivas, a identificação de tendências linguísticas, mudanças semânticas e evolução discursiva ao longo do tempo.

A integração dessas metodologias possibilita estudos multidimensionais mais refinados. Contudo, esse avanço exige dos pesquisadores sensibilidade para compreender as limitações inerentes a cada método digital. É fundamental que a interpretação qualitativa leve em consideração os contextos sociais, culturais e políticos dos eventos estudados. Além disso, a transparência na utilização dos algoritmos e a capacitação adequada dos historiadores tornam-se essenciais para prevenir interpretações tendenciosas e assegurar a credibilidade dos estudos.

ARQUIVOS DIGITAIS E A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE

A digitalização dos acervos históricos representa um marco fundamental na democratização do acesso ao conhecimento, mas simultaneamente impõe desafios complexos relacionados à representatividade das narrativas históricas. A maneira como esses acervos são estruturados, selecionados e disponibilizados pode inadvertidamente perpetuar desigualdades e omissões que caracterizaram a historiografia tradicional, demandando reflexão crítica sobre a curadoria digital.

Os processos de seleção para digitalização frequentemente refletem prioridades institucionais e visões de mundo que podem reproduzir perspectivas hegemônicas. Critérios de seleção baseados em noções tradicionais de “importância histórica” podem marginalizar documentos relacionados a mulheres, grupos minoritários, culturas não-ocidentais e movimentos sociais, perpetuando exclusões históricas em novo formato digital. A construção dos metadados que acompanham os arquivos digitais revela a dimensão do problema da representatividade, pois termos utilizados para catalogar documentos podem refletir pressupostos normativos e estereotipados que limitam o alcance das interpretações e restringem a gama de vozes presentes nos acervos.

Análises sistemáticas dos acervos digitais revelam lacunas significativas na representação de documentos em línguas não-hegemônicas, fontes de au-

toria feminina, registros de comunidades marginalizadas e materiais de culturas orais. Para enfrentar estas questões, pesquisadores propõem a utilização de ferramentas analíticas avançadas para a identificação de vieses e lacunas na representação dos dados, mas essa abordagem técnica requer um olhar atento, em sintonia com perspectivas de justiça social.

A construção de plataformas digitais verdadeiramente inclusivas requer a adoção de práticas curatoriais que reconheçam diversidade e promovam diálogo entre diferentes saberes. Isso implica participação comunitária na definição de prioridades de digitalização, desenvolvimento colaborativo de taxonomias e sistemas de classificação, treinamento cultural de equipes responsáveis pela curadoria digital e revisão periódica dos critérios de seleção e catalogação. A discussão sobre representatividade estimula debate sobre a necessidade de políticas públicas e diretrizes institucionais que orientem todo o processo de digitalização, devendo ser construídas colaborativamente, envolvendo historiadores, documentalistas, especialistas em tecnologia da informação e representantes das comunidades historicamente marginalizadas.

A possibilidade de incluir fontes orais, documentos multimídia e registros digitais produzidos por atores não-tradicionais amplia o horizonte da memória histórica, oferecendo visão mais abrangente e diversa do passado. Esta integração demanda revisão dos métodos convencionais de análise e interpretação, exigindo que historiadores se familiarizem com novas linguagens e técnicas para extração de sentidos a partir de dados heterogêneos. Contudo, a representatividade digital enfrenta desafios técnicos relacionados à preservação de formatos diversos, compatibilidade entre sistemas e sustentabilidade a longo prazo, enquanto questões éticas emergem sobre propriedade intelectual, consentimento para digitalização de materiais sensíveis e proteção de dados pessoais em documentos históricos.

ALGORITMOS, METADADOS E A MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

A crescente utilização de algoritmos e a padronização por meio de metadados desempenham papel central na organização, interpretação e difusão da informação histórica. Estes elementos, ao modular o acesso ao conhecimento, levantam questões fundamentais sobre mediação digital e possíveis vieses que podem ser introduzidos na construção dos discursos históricos. Os algoritmos possuem potencial para transformar grandes volumes de dados em *insights* sig-

nificativos, identificando padrões e conexões que escapam à análise manual, mas a “caixa preta” dos algoritmos – sua opacidade metodológica – impõe desafios quanto à transparência e à confiabilidade dos resultados obtidos.

A mediação algorítmica do conhecimento histórico incorpora uma lógica de processamento que, embora permita a sistematização eficiente dos dados, pode ocultar as especificidades ou a riqueza dos contextos históricos. O desafio reside em equilibrar eficiência tecnológica com uma sensibilidade crítica necessária para considerar nuances e particularidades dos documentos analisados (Drucker, 2011). Os metadados que acompanham a digitalização dos documentos, simultaneamente facilitando organização e recuperação das fontes, podem funcionar como filtros que delimitam interpretações, comprometendo, em certos casos, a pluralidade de perspectivas.

A construção de metadados não é atividade neutra, mas reflete visões de mundo, prioridades institucionais e pressupostos culturais específicos que podem influenciar significativamente as possibilidades de pesquisa e interpretação. Algoritmos podem reproduzir e amplificar tendências existentes nos dados de treinamento ou nos critérios de programação, perpetuando exclusões, criando anacronismos interpretativos ou simplificando excessivamente complexidades históricas. Para mitigar estes riscos, torna-se essencial desenvolver estratégias que promovam transparência e validação dos processos algorítmicos, incluindo documentação detalhada dos algoritmos utilizados, auditoria regular por especialistas humanos, diversificação consciente de dados e participação colaborativa na definição de critérios (Kitchin, 2017).

A mediação algorítmica do conhecimento histórico suscita questões epistemológicas fundamentais sobre a natureza da evidência histórica e os processos de construção do conhecimento. Se algoritmos cada vez mais influenciam quais fontes são descobertas, como são categorizadas e de que maneira são interpretadas, torna-se crucial compreender como essa mediação afeta a compreensão do passado e estabelece a distinção entre *distant reading* e *close reading*, isto é, análise de vastos ou pequenos conjuntos de dados (Moretti, 2005). A crescente importância dos algoritmos na pesquisa histórica demanda que historiadores desenvolvam literacia algorítmica – capacidade de compreender, questionar e utilizar criticamente ferramentas computacionais, incluindo competências técnicas básicas, consciência sobre limitações e vieses algorítmicos, habilidades de validação crítica dos resultados e capacidade de articular análise qualitativa com processamento quantitativo.

HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL

A transformação digital dos canais de produção e difusão do conhecimento histórico estabelece um paradoxo fundamental: enquanto blogs, redes sociais, podcasts e plataformas colaborativas ampliam o acesso e concedem voz a narrativas anteriormente marginalizadas, essa mesma abertura compromete os mecanismos tradicionais de validação acadêmica. O fenômeno da viralização de conteúdo sem curadoria adequada permite que desinformação e revisionismo sem fundamento circulem com a mesma velocidade e o mesmo alcance das análises especializadas (Noiret, 2015).

A promessa de democratização do saber histórico esbarra em limitações estruturais significativas. Disparidades socioeconômicas, regionais e educacionais condicionam o acesso efetivo à informação digital, reproduzindo hierarquias preexistentes sob nova roupagem tecnológica. A infraestrutura digital desigual e a educação tecnológica insuficiente criam formas renovadas de exclusão, negando a parcelas da população a participação no debate histórico contemporâneo. A autoridade historiográfica, tradicionalmente concentrada em círculos acadêmicos especializados, enfrenta questionamentos inéditos sobre legitimidade e relevância, gerando tensão produtiva entre a integração de perspectivas diversas e a necessidade de manutenção do rigor metodológico.

Embora a historiografia digital requeira atenção crescente aos desafios da desinformação, é indispensável distinguir entre o controle de manipulações grosseiras do passado e o risco de limitação ao próprio trabalho revisionista e plural do historiador. O debate historiográfico naturalmente envolve revisões interpretativas, novas leituras de fontes, resgate de vozes marginalizadas e embates com versões consagradas dos acontecimentos. *Fact-checking* colaborativo, instrumentos de detecção de desinformação, transparência algorítmica, curadoria participativa e educação crítica podem qualificar a narrativa histórica digital. Mas tais práticas não devem ser instrumentalizadas para interditar debates legítimos ou consolidar visões oficiais, restringindo o pluralismo e a dinâmica crítica que impulsionam o avanço do conhecimento histórico. Políticas excessivamente centradas na supressão do que se entende por desinformação podem sufocar essas características essenciais da disciplina; por isso, as estratégias de enfrentamento devem sempre respeitar a liberdade de pesquisa e a complexidade do debate historiográfico. Como ocorre na formação de acervos digitais e em projetos de história oral, iniciativas colaborativas revelam o potencial transformador da construção coletiva do conhecimento quando orientadas por parâmetros éticos e metodológicos rigorosos.

O papel dos historiadores se reconfigura para incluir funções de mediação, curadoria e articulação entre academia e público geral, incentivando a adoção de processos de autoridade compartilhada. Além da interpretação especializada, assume-se responsabilidade pela facilitação do acesso ao conhecimento, validação de narrativas e construção de pontes entre diferentes comunidades interpretativas. A consolidação da história pública digital depende da capacidade de integrar inovações tecnológicas aos valores essenciais da pesquisa histórica: transparência metodológica, responsabilidade intelectual e compromisso com a verificação dos fatos, garantindo que a disseminação ampliada do conhecimento histórico mantenha critérios de qualidade, rigor e inclusão.

ANÁLISE DOS ARTIGOS DO DOSSIÊ

Buscando refletir a pluralidade e a riqueza dos debates em torno das Humanidades Digitais, este Dossiê reúne artigos que abordam diversas interfaces entre tecnologia e pesquisa histórica. O conjunto foi pensado para demonstrar as múltiplas possibilidades metodológicas, os dilemas éticos e as ressonâncias políticas que atravessam a produção historiográfica contemporânea. A seguir, resumem-se as principais contribuições de cada texto.

O artigo de Renato Rodrigues da Silva se insere no debate sobre a revalorização das fontes medievais por meio de abordagens digitais inovadoras que transcendem a mera digitalização documental. Sua contribuição específica reside na proposta metodológica de reconsiderar a tridimensionalidade dos textos medievais, partindo do epistolário de Alcuíno e integrando análise de dados com recursos colaborativos online como prosopografias e dicionários biográficos. Esta abordagem permite construir novas pontes interpretativas que articulam elementos internos e externos às fontes históricas, revelando camadas de significado anteriormente inacessíveis por meio de métodos tradicionais. A perspectiva apresentada dialoga diretamente com debates contemporâneos sobre a superação da visão linear da história medieval, ao mesmo tempo em que demonstra como ferramentas digitais podem revelar redes complexas de comunicação e influência no período carolíngio.

O trabalho de Pedro Falcão Prikladnitzky se insere no debate sobre a reformulação da identidade filosófica brasileira a partir da digitalização de obras de pensadoras historicamente marginalizadas. Sua contribuição específica reside na análise sistemática de como a digitalização das obras de filósofas brasileiras possibilita a revisão crítica dos fundamentos sobre os quais a filosofia nacional foi construída, confrontando diretamente concepções eurocêntricas

que dominaram o discurso filosófico (Fricker, 2007). Esta abordagem revela como processos de digitalização podem funcionar não apenas como preservação documental, mas como instrumentos de justiça epistêmica, demonstrando o potencial das tecnologias digitais para resgatar vozes tradicionalmente silenciadas e reconfigurar hierarquias de conhecimento estabelecidas.

O artigo sobre História Oral e Inteligência Artificial, de Leandro Seawright, insere-se no debate sobre a intersecção entre tradições metodológicas consolidadas e tecnologias emergentes. A discussão central articula-se em torno da questão fundamental concernente à forma como a integração das tecnologias de Inteligência Artificial pode transformar as práticas de história oral sem comprometer sua essência humanística e crítica. A contribuição específica reside na análise sistemática de como as ferramentas de Processamento de Linguagem Natural e Reconhecimento Automático de Voz podem otimizar processos tradicionalmente manuais da história oral, como transcrição, categorização e análise de entrevistas, demonstrando que, embora a IA possa acelerar significativamente esses processos, a agência humana permanece fundamental para preservar nuances interpretativas, contextos culturais e dimensões subjetivas que caracterizam as narrativas orais (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

O artigo de Kisil Marino aborda a questão da preservação digital do patrimônio cultural, examinando como tecnologias emergentes podem ser utilizadas para salvaguardar registros históricos em contextos de vulnerabilidade social e política. Sua contribuição específica reside na análise de projetos de digitalização colaborativa que envolvem comunidades locais na preservação de suas próprias memórias, demonstrando como abordagens participativas podem democratizar tanto o acesso quanto a produção do conhecimento histórico. O trabalho evidencia tensões entre eficiência técnica e sensibilidade cultural, propondo frameworks que equilibrem necessidades de preservação com respeito às especificidades locais e autonomia das comunidades envolvidas.

O artigo de Renata Cerqueira Barbosa aborda o impacto das Humanidades Digitais sobre os Estudos Clássicos, analisando como plataformas digitais internacionais e iniciativas brasileiras – como o Centro de Pesquisa e Estudos Plinianos (CPEP) – têm democratizado o acesso às fontes, promovido inovações metodológicas e ampliado a inserção desses estudos no contexto acadêmico e educacional. A autora destaca a importância da integração entre tradição filológica e novas tecnologias, enfatizando tanto os avanços quanto os desafios relacionados a sustentabilidade, inclusão digital e formação de pesquisadores. O texto evidencia, assim, como as ferramentas digitais redefinem práticas de pesquisa, ensino e divulgação do conhecimento histórico clássico no panorama contemporâneo.

Vistos em conjunto, os artigos ressaltam como a integração entre inovação tecnológica e abordagem metodológica impulsiona a renovação da pesquisa histórica, ao mesmo tempo em que expõem diferentes perspectivas diante das Humanidades Digitais. Enquanto alguns trabalhos destacam o potencial emancipatório das novas tecnologias – capazes de ampliar o acesso e democratizar a produção de conhecimento –, outros alertam para o risco de reprodução de exclusões históricas, a persistência de lacunas representativas e os desafios éticos emergentes. Tal diversidade de olhares evidencia não apenas a necessidade de adequações na formação de futuros historiadores, capazes de aliar competências técnicas à consciência crítica, mas também aponta a riqueza e a complexidade dos processos de transformação disciplinar em curso. Assim, os ganhos e as inquietações trazidos pelas inovações digitais tornam imprescindível um aprofundamento nas reflexões éticas e nos ajustes metodológicos, tema que será abordado a seguir, culminando nas perspectivas futuras e na agenda de pesquisa para o campo.

DESAFIOS ÉTICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA HISTORIOGRAFIA DIGITAL

A integração das tecnologias digitais com a prática historiográfica apresenta riscos substanciais e limitações que demandam análise crítica cuidadosa. Uma abordagem excessivamente otimista pode ofuscar desafios éticos e epistemológicos fundamentais que acompanham a mediação digital do conhecimento histórico. O armazenamento digital, embora facilite acesso às fontes, impõe desafios complexos relacionados a segurança dos arquivos, controle de acesso e integridade dos documentos. A preservação digital enfrenta obstáculos técnicos significativos, incluindo obsolescência de formatos, degradação de mídias de armazenamento e dependência de infraestruturas tecnológicas que podem se tornar inacessíveis.

As questões de privacidade despontam com mais intensidade quando se trata de documentos que contêm informações pessoais ou sensíveis de indivíduos ainda vivos ou recentemente falecidos. A digitalização de correspondências, registros médicos, documentos governamentais e outros materiais similares requer desenvolvimento de protocolos éticos rigorosos que equilibrem acesso acadêmico e proteção da privacidade. A reprodução de vieses nos algoritmos e na categorização dos dados representa um dos riscos mais significativos para a integridade da pesquisa histórica digital, podendo perpetuar preconceitos existentes nos dados de treinamento ou refletir pressupostos

inconscientes dos desenvolvedores, resultando em análises que reproduzem ou amplificam desigualdades históricas.

A definição dos metadados e critérios de curadoria está sujeita a interpretações parciais que podem reiterar estereótipos e excluir vozes historicamente marginalizadas. Tal problemática exige reflexão ética constante sobre a transparência dos processos de digitalização e a necessidade de envolver múltiplos atores na construção dos critérios de seleção e catalogação das fontes. A formação dos historiadores na era digital torna-se elemento crucial para a mitigação dos riscos identificados, devendo incorporar literacia digital crítica, ética da pesquisa digital, análise de tendências e habilidades para colaboração interdisciplinar.

A sustentabilidade de longo prazo dos projetos de história digital apresenta desafios significativos, pois muitos projetos dependem de financiamento externo temporário, infraestruturas institucionais específicas ou trabalho voluntário, criando vulnerabilidades que podem resultar na perda de recursos digitais valiosos. O acesso equitativo aos recursos digitais permanece limitado por disparidades na infraestrutura tecnológica, habilidades digitais e recursos econômicos, podendo exacerbar desigualdades existentes no acesso ao conhecimento histórico. O entusiasmo pelas inovações tecnológicas pode levar ao determinismo tecnológico, segundo o qual ferramentas ditam questões de pesquisa e metodologias ao invés de servir objetivos historiográficos fundamentados.

Arquivos digitais enfrentam vulnerabilidades de segurança que incluem ataques cibernéticos, corrupção de dados e manipulação maliciosa de conteúdos, comprometendo a integridade dos dados históricos por meio de alterações não autorizadas e criando desafios para a verificação da autenticidade das fontes digitais. O desenvolvimento de protocolos éticos específicos para pesquisa histórica digital torna-se imperativo, devendo abordar consentimento informado para a digitalização de materiais sensíveis, transparência nos processos de seleção e categorização, responsabilidade na interpretação e divulgação de resultados, justiça na representação de diferentes grupos e perspectivas, e sustentabilidade de projetos e preservação de recursos.

A discussão aponta para a necessidade de se desenvolver postura que concilie entusiasmo pelas inovações tecnológicas com análise crítica rigorosa de seus impactos, incluindo discussão de protocolos de validação dos métodos digitais, definição de políticas públicas para a preservação e o acesso aos acervos, além da promoção de diálogo interdisciplinar que incorpore conhecimentos de áreas como ciência da informação, ética digital e estudos culturais. A responsabilidade na construção do conhecimento histórico não pode ser

delegada exclusivamente à tecnologia, mas deve ser compartilhada por uma comunidade acadêmica comprometida com a verdade, a inclusão e a justiça na representação dos fatos históricos.

PERSPECTIVAS FUTURAS E AGENDA DE PESQUISA

O presente Dossiê reflete o dinamismo e a complexidade dos desafios que se impõem à historiografia na era digital. As análises aqui reunidas evidenciam que as tecnologias digitais transcendem sua dimensão instrumental, atuando como agentes transformadores que reconfiguram práticas metodológicas, fundamentos epistemológicos e os próprios critérios de acesso e difusão de fontes históricas. Ao ampliar as possibilidades de análise, circulação e preservação do conhecimento, as ferramentas digitais impõem aos historiadores a necessidade de vigilância ética constante e de uma postura crítica que assegure a pluralidade das narrativas e a responsabilidade com a memória coletiva.

Nesse cenário, torna-se fundamental que o campo da História saiba conciliar tradição crítica, inovação técnica e compromisso ético. O historiador está chamado a desenvolver tanto competências digitais quanto sensibilidade analítica, capacitando-se para interpretar os impactos das novas ferramentas e para mediar o diálogo entre a expertise acadêmica e os saberes oriundos de diferentes comunidades sociais. As fronteiras entre passado, presente e futuro tornam-se zonas de contato e tensão, em que a criatividade interpretativa e o rigor científico devem caminhar juntos.

A análise crítica das transformações em curso sugere direções promissoras para a pesquisa: há a necessidade de metodologias híbridas, que combinem análise quantitativa e qualitativa; de protocolos de validação e transparência para o uso de algoritmos e bases de dados; de políticas inclusivas que garantam acessibilidade, representatividade e sustentabilidade dos acervos digitais. O desafio é institucional e coletivo: exige dos programas de formação, de pesquisa e das políticas acadêmicas um novo olhar sobre a multiplicidade de competências e mediações que agora definem o ofício historiador.

Ao explorar novas fronteiras metodológicas e epistemológicas, este Dossiê convida à reflexão sobre como potencializar as tecnologias digitais para enriquecer a compreensão do passado, sem abdicar do compromisso fundamental da história com a complexidade da experiência humana, a diversidade de vozes e o rigor crítico. Espera-se que as contribuições aqui apresentadas inspirem um diálogo contínuo, plural e ético sobre os presentes e futuros da pesquisa histórica em um mundo cada vez mais mediado por tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Renata; ROSSI, Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho. Humanidades digitais e estudos clássicos: ferramentas de difusão e construção do conhecimento histórico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 99, pp. 1-27, 2025.
- BERRY, David M. The Computational Turn: Thinking About the Digital Humanities. *Culture Machine*, v. 12, pp. 1-22, 2011.
- DRUCKER, Johanna. Humanities Approaches to Graphical Display. *Digital Humanities Quarterly*, v. 5, n. 1, pp. 1-22, 2011.
- FRICKER, Miranda. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- KITCHIN, Rob. Thinking Critically About and Researching Algorithms. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 1, pp. 14-29, 2017.
- MARINO, Ian Kisil. História digital informal? Sobre pesquisa histórica, plataformas e redes sociais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 99, pp. 1-25, 2025.
- MORETTI, Franco. *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for Literary History*. London: Verso, 2005.
- NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pp. 28-51, maio 2015.
- PRICLADNITZKY, Pedro. Digitalização de Autoras Brasileiras do Século XIX e a Historiografia da Filosofia no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 99, pp. 1-31, 2025.
- ROSENZWEIG, Roy. Scarcity or Abundance? Preserving the Past in a Digital Era. *The American Historical Review*, v. 108, n. 3, pp. 735-762, 2003.
- SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. *Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia para pesquisadores*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 2024.
- SEAWRIGHT, Leandro. Uma virada na história oral: do gravador digital aos tempos da Inteligência Artificial pela via da hermenêutica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 99, pp. 1-22, 2025.
- SILVA, Renato Rodrigues da. Epistolários medievais e métodos digitais: uma introdução a partir das cartas de Alcuíno (c. 790-804). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 99, pp. 1-21, 2025.
- THOMAS III, William G. Computing and the Historical Imagination. In: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (Eds.). *A Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell, 2004. pp. 56-68.

